

Instituições de ensino e as ações sociais pela perspectiva de Pe. Aloysio Jacobi

Educational Institutions and Social Actions from the Perspective of Fr. Aloysio Jacobi

Lucinéia Aparecida Gomes Pereira

Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
neialuccy@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo

Doutorado em História
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
frankmezzomo@gmail.com

Fábio Alexandre Sexugi

Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
sexugi@gmail.com

Recebido: 30/10/2024

Aprovado: 13/02/2025

Resumo: Neste artigo, analisamos as contribuições educacionais e sociais desenvolvidas pelo padre alemão Aloysio Jacobi, entre as décadas de 1940 e 1970, quando atuou em municípios da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, como Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão. O *corpus* empírico da pesquisa é composto por livros tombos, atas, circulares, ofícios, arquivos paroquiais e jornais da época. Por meio de uma abordagem biográfica, investigamos como o religioso, além de exercer suas funções próprias de um cura, contribuiu para a criação de instituições educacionais e o desenvolvimento de ações sociais na região. O estudo evidencia a proximidade, nem sempre pacífica, entre Igreja e Estado, demonstrando como a Igreja Católica desempenhou um papel central na educação e no apoio assistencial às comunidades locais. A análise visa a contribuir para a compreensão das dinâmicas entre religião, educação e poder político na formação dessas comunidades, ressaltando o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento social da região.

Palavras-chave: Ensino; Assistencialismo; Relações de Poder.

Abstract: In this article, we analyze the educational and social contributions made by the German priest Aloysio Jacobi between the 1940s and 1970s, a period during which the municipalities of the Mesoregion Centro-Oeste do Paraná, such as Campo Mourão, Peabiru, and Engenheiro Beltrão, were in the process of formation. The empirical *corpus* of the research consists of archival books, minutes, circulars, official documents, parish archives, and newspapers from that time. Using a biographical approach, we investigate how the clergyman, in addition to performing his religious duties as a parish priest, contributed to the establishment of educational institutions and the development of social actions in the region. The study highlights the relationship, not always peaceful, between Church and State, demonstrating how the Catholic Church played a central role in education and in providing support to local communities. The analysis aims to contribute to understanding the dynamics between religion, education, and political power in the formation of these communities, emphasizing the impact of these initiatives on the region's social development.

Keywords: Education; Assistance; Power Relations.

Introdução

A ligação entre a Igreja Católica e o Estado, no Brasil, envolve, entre tantas vultuosas questões, disputas de poder complexas que, em meados do século XX, eram mais evidentes. A fim de analisá-la neste estudo, afinamos a lupa e reduzimos a escala, para entender como um eclesiástico, Pe. Aloysio Jacobi, além de exercer suas funções religiosas, se envolvia na fundação de escolas e instituições sociais, estabelecendo laços, além de leigos e outros clérigos, com figuras públicas, especialmente, a partir dos anos de 1940, quando essa região passava por um processo de expansão territorial, econômica e social, que deu origem aos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão. Foi nessas localidades que o referido padre atuou por mais de trinta anos.

Pe. Aloysio foi um sacerdote alemão que, de acordo com informações levantadas pelo Pe. Henrique Perbeche (1918-2011) e obtidas junto à sede da Província Sul da Congregação do Verbo Divino (CVD), ingressou no seminário aos 26 anos de idade, numa vocação considerada tardia, estudando por dois anos na Alemanha, de onde partiu para o Brasil, para ser ordenado padre em Santo Amaro, São Paulo, e dar impulso à expansão dos trabalhos missionários no interior do Paraná, destacando-se pelo protagonismo que desempenhou na consolidação do catolicismo na região.

O padre verbita – nome que se dá aos clérigos dessa congregação, numa alusão a Jesus Cristo, considerado o “Verbo de Deus” – por vezes se envolvia em certas querelas, motivados, aparentemente, por questões morais, sociais e políticas. Ele era figura controversa e tinha uma estreita relação com o campo da política, empreendendo ações que colocam em contato perene a Igreja e o Estado, como a

negociação de terrenos, construção de escolas e eventos sociorreligiosos, ao lado da criação de capelas e paróquias.

Paralelamente a isso, buscamos entender como a presença da Igreja Católica na região de Campo Mourão se estendeu ao campo educacional e da assistência social. Na verdade, com a chegada de inúmeras famílias vindas das regiões do Brasil e do exterior, a região viu um aumento significativo na diversidade étnico-cultural. Esses novos moradores buscavam, entre outras coisas, uma nova vida e oportunidades na “terra prometida” de Campo Mourão. Porém, encontravam diversos desafios e dificuldades nesse processo de estabelecimento. Nesse contexto, a Igreja atuou de modo articulado ao Estado, para prestar-lhes, à sombra da cruz que se afixava na região central das novas cidades, todo tipo assistência, que abrangia desde a construção de instituições de ensino até a fundação de hospitais, sindicatos e outras iniciativas de apoio.

Nessa busca por desenvolver o catolicismo – que, por vezes, era assistencialista e que pode se encarregar de desenvolver papéis sociais e políticos (BOURDIEU, 2007) –, verificamos uma complexa relação de poder e interdependência entre as esferas religiosa e política. Isso é verificado em livros tombos, atas, circulares, ofícios, arquivos paroquiais, jornais da época, que revelam interações que iam além da expansão do catolicismo, já que englobavam ações educacionais e sociais.

É dentro desse cronotopo que essa pesquisa busca explorar duas dimensões da atuação do Pe. Aloysio: a educacional e a social, tendo em vista que a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental não apenas na expansão da própria religião, mas também na promoção da educação e da beneficência.

Instituições educacionais

Ao longo de sua história, a Igreja Católica desempenhou um papel crucial no campo educacional, visando contribuir para o desenvolvimento da instrução em território nacional e não só. Apesar disso, não podemos deixar de mencionar, que durante um período de tempo, a Igreja unida ao Estado, formava uma das maiores defensoras do sistema escravo no Brasil, mudando seu posicionamento após a separação entre Igreja e Estado (BEOZZO, 1982). Seu compromisso com a educação remonta tempos antigos, buscando preservar e transmitir o conhecimento por meio de seus seminários, educandários e monastérios, que atuavam como importantes instituições de ensino. No Brasil, durante o período colonial, a Igreja Católica foi a precursora da educação, sempre interligado com a expansão do catolicismo. Muitas congregações religiosas traziam, como carismas, o propósito

educacional. Tal é o caso dos jesuítas, que foram relevantes difusores da educação desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil, ainda que tal atuação estivesse marcada por diversas violências, sobretudo, no trato com as populações negras e indígenas, a partir do século XVI, quando a Coroa Portuguesa e a de Roma estavam embaralhadas, numa união que ficou conhecida como “padroado real”, que redundou, como apontado por Ferreira (2011), na legitimação da escravidão e na subjugação das populações nativas.

De qualquer forma, a Congregação do Verbo Divino, que chega nos primeiros anos do período republicano, considerava as escolas como um elemento preponderante no processo de difusão do catolicismo. E de acordo com as ideias do fundador da CVD, Pe. Arnaldo Jansen, nas paróquias que atuassem, deveriam buscar criar instituições de ensino.

É oportuno ressaltar que, com a Proclamação da República em 1889 e a subsequente implantação da pretensa laicidade do Estado em 1890, o sistema de ensino laico foi estabelecido nas escolas públicas em 1891. Se, por um lado, o episcopado expressava descontentamento com essa decisão (MEZZOMO, 2002), a Igreja, por outro, começou a receber diversos benefícios, de acordo com Valle (1995). Na Nova República, embora não desfrutasse dos mesmos privilégios, houve uma reaproximação entre o poder secular e o religioso. Este detinha recursos e alcançava setores não cobertos por aquele, como o ensino. Nessa conjuntura, com a capacidade de administrar seus próprios bens e projetos, a Igreja Católica passou a desenvolver iniciativas sociais e educacionais significativas, de modo que, entre 1900 e 1950, esse esforço resultou na criação de “um verdadeiro império” (VALLE, 1995, p. 50).

Segundo Mezzomo (2002), da década de 1900 à de 1930, constantemente, os documentos episcopais abordavam as questões do Ensino Religioso em escolas públicas, reivindicando a primazia da Igreja em organizar o sistema de ensino. Os bispos, nesse sentido, conjecturavam que a falta dessa disciplina no currículo das escolas públicas prejudicaria o país. Ao contexto desse fomento educacional pelo catolicismo, soma-se o fato de que, no ano de 1929, foi publicado um importante documento eclesiástico: a Encíclica *Divini Illius Magistri*. Nela, se discutia o papel da fé romana no ensino escolar, defendendo, como princípios, os fundamentos pedagógicos do catolicismo, ao que enfatizava a importância da presença da Igreja, da Família e do Estado na formação de uma nação.

Em resposta aos apelos papais, os clérigos e leigos católicos brasileiros buscaram inserir o catolicismo no cenário educativo, como se evidencia na sua participação na Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esta comissão foi estabelecida pelo governo brasileiro com o propósito de

regular as questões relacionadas à produção, importação e uso de livros didáticos em diversas instituições educacionais. A comissão contava com a presença de intelectuais católicos, sacerdotes ou não, que atuavam como autores e membros, responsáveis por livros didáticos aprovados e autorizados pela comissão: muitos dos quais, diga-se, com o *imprimatur*, ou seja, uma autorização formal da Igreja. Essa atuação terá desempenhado um papel significativo na formação da identidade nacional sob uma perspectiva católica, fortalecendo mais uma vez a aliança entre Estado e Igreja (SILVA; CARMINATI, 2019).

Em 1932, outro evento marcante tem a ver, paradoxalmente, com a criação do Manifesto Pioneiro da Educação Nova. Embora os autores propusessem uma reformulação educacional, incluindo a defesa da educação laica, Costa (2006) evidencia que esse o acirramento do conflito entre professores liberais e católicos, acabou por fortalecer a posição e influência da Igreja no cenário educacional brasileiro. É que, diante da intensificação da disputa, os líderes católicos perceberam a necessidade premente de reafirmar seu papel na educação, buscando adaptar-se às novas demandas e correntes educacionais. Assim, apesar das tensões entre os defensores da educação laica e os representantes católicos, esse momento desafiador proporcionou à Igreja a oportunidade de reavaliar suas estratégias e reafirmar sua presença no sistema educacional do país.

Apesar disso, este panorama sofreu uma alteração significativa em 1934, quando o governo de Getúlio Vargas reformulou a disciplina de Ensino Religioso, tornando-a facultativa na grade curricular da rede pública de ensino. Assim, em 1937, o Ensino Religioso foi incorporado como disciplina regular, embora os alunos não fossem obrigados a participar dessas aulas. Dez anos mais tarde, em 1947, com o fim da Era Vargas, a matrícula no Ensino Religioso tornou-se opcional, e a disciplina passou a ser ministrada de modo a respeitar outras expressões religiosas (COSTA, 2006).

Com a perda da antiga centralidade, a Igreja buscava retomar, sua supremacia no sistema de ensino, com inúmeras tentativas de atingir seu objetivo. Numa delas, grupos católicos fundaram, em 1945, a Associação de Educação Católica (AEC), dedicada à defesa da educação e à busca por uma distribuição mais equitativa de recursos. A AEC promovia a família como a base fundamental da educação e se opunha ao monopólio estatal sobre o setor educacional. Participando ativamente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/1961), a AEC influenciou, de modo significativo, a formulação de políticas educacionais da época (DEBALD, 2007).

Nesse mesmo período, outra iniciativa notável é o Movimento de Educação de Base (MEB), que enxergava a educação não apenas como um sistema de alfabetização, mas, sobretudo, como uma

ferramenta de organização social. O MEB foi inicialmente concebido e liderado por autoridades eclesiásticas, mas, posteriormente, passou a ser executado por leigos (DEBALD, 2007).

Aliás, na década de 1960, teve início a contratação de leigos nos campos pastorais e diocesanos para trabalhos na Pastoral Escolar, marcando uma significativa transição de responsabilidades, que saíram das mãos das autoridades eclesiásticas e iam para as mãos dos leigos. Tal mudança – que se harmonizava com o espírito do Concílio Vaticano II, que dividiu com os leigos o protagonismo eclesial – possibilitou uma inserção mais ampla e diversificada da Igreja nas esferas educativa e social. Além disso, o apoio financeiro do Estado ao setor de ensino permitiu que homens e mulheres ingressassem na carreira de ensino como agentes de pastoral, na condição de professores de Ensino Religioso. Para serem contratados, os leigos precisavam atender às determinações do Ministério da Educação, sendo exigidos licenciatura ou mestrado em Teologia, ou Ciências Religiosas, desde que complementados por formação pedagógica. Esse processo profissionalizante conferiu ao trabalho dos leigos um respaldo além do voluntariado, consolidando sua atuação de forma mais estruturada (LUNEAU E MICHEL, 1999).

Várias dessas fundações educacionais foram estabelecidas pelas ordens religiosas, da qual destacamos nesta pesquisa a CVD, que marcou sua chegada ao Brasil no ano de 1895, e se estabeleceu no Paraná em 1899 (GOVERNAN, 1974). O seu fundador, Pe. Arnaldo Janssen⁶⁹, que era professor, pedia aos seus missionários que se empenhassem nessa área, principalmente, na fundação de escolas normais, com a finalidade de formar professores. Fato que corroborou para assumirem colégios e seminários em diversas regiões brasileiras (WISNIEWSKI, 1995), em especial no estado Paraná, onde a CVD teve uma atuação significativa na criação de estabelecimentos de ensino.

Em conformidade com os princípios estabelecidos por seu fundador, os padres da CVD assumiam o compromisso de construir templos e instituições de ensino ao tomarem posse de uma comunidade paroquial. Seguindo esses princípios, Pe. Aloysio construiu prédios para instituições educacionais em Campo Mourão e Peabiru, onde, como ponderam Lineau e Michel (1999), integrava Irmãs e leigos como profissionais do Ensino Religioso.

Com o advento da colonização de Campo Mourão e das cidades do entorno, os colonizadores recém-chegados buscavam maneiras de prover educação para seus filhos. De acordo com Veiga (1999),

⁶⁹ Arnold Janssen (1837-1909) foi um sacerdote e missionário alemão, fundador da Sociedade do Verbo Divino e das congregações das Missionárias Servas do Espírito Santo e das Irmãs Servas do Espírito Santo da Adoração Perpétua, tendo sido beatificado em 1975 pelo Papa Paulo VI e canonizado em 2003 pelo Papa João Paulo II.

aqueles que não possuíam recursos financeiros, dependiam dos ensinamentos oferecidos, de modo improvisado, por seus próprios familiares. Por outro lado, os mais abastados contavam com professores contratados. Somente em 1947 é que foi fundada a Escola Getúlio Vargas, que se adequava às normas e padrões de ensino formais da época.

Um dos estabelecimentos de ensino que “tomaria a compostura de notável efeméride” (VEIGA, 1999, p. 206) em Campo Mourão seria o Colégio Santa Cruz. Como a CVD enfatizava, a educação como parte de sua missão, logo nos primeiros anos de atuação do Pe. Aloysio como vigário da paróquia de Campo Mourão, registros no Livro Tombo revelam que em 1947 ele fizera uma solicitação à prefeitura municipal no sentido de tentar ganhar um terreno visando à construção de um colégio e de um hospital. Além disso, propôs também a colaboração de irmãs vicentinas para a administração dessas instituições. Pe. Aloysio, conseguiu a concessão de um terreno, durante uma visita pastoral de Monsenhor Koenner. Este, em acordo com o prefeito Pedro Viriato, assegurou-lhe a doação do terreno ao lado da igreja (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

A construção do colégio foi uma das primeiras iniciativas educacionais no município de Campo Mourão, projetada para oferecer ensino a crianças e adolescentes entre 14 e 16 anos que ainda não haviam concluído a educação primária (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.). O marco de sua construção ocorreu em 23 de abril de 1949, com os primeiros recursos obtidos mediante pedidos feitos pelo prefeito Pedro Viriato (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Na intenção de estabelecer o colégio em Campo Mourão, Pe. Aloysio recorria aos órgãos públicos sempre que necessitava de fundos. Sentindo-se parte integrante da comunidade que visitava, ele buscava melhorias para sua Igreja e também reivindicava junto aos governantes, benfeitorias para os municípios por onde passava. Durante suas visitas às comunidades adjacentes à paróquia de Campo Mourão, não se furtava de pedir contribuições para a construção da instituição de ensino (LTPSJ/Campo Mourão).

Em 13 de dezembro de 1949, durante a visita do Governador Moysés Lupion a Campo Mourão, uma cerimônia grandiosa marcou o lançamento da pedra fundamental de um complexo que incluía um posto de higiene, um campo escolar, uma delegacia e uma usina. Nesse evento, Pe. Aloysio aproveitou a oportunidade para solicitar ao Governador um auxílio financeiro para a construção do colégio e a nomeação de três irmãs como professoras estaduais. Com rapidez, o auxílio foi oficializado por meio de um decreto emitido, durante o jantar de comemoração da inauguração, atendendo aos pedidos do sacerdote e viabilizando o projeto (LTPSJ/Campo Mourão, 1943).

Assim, no dia 14 de fevereiro de 1950, finalmente chegaram as três primeiras Irmãs Filhas da Caridade da Ordem de São Vicente de Paulo: Martha Kleina, como Superiora, Cecília Lechocki e Therezinha Maria Bertuol, acompanhadas da Irmã Balbina Filipak, Superiora do Colégio de Pitanga. O início das aulas ocorreu em 20 de fevereiro de 1950, e a inauguração oficial do colégio ocorreu em 7 de maio do mesmo ano (VEIGA, 1999).

O colégio funcionava em regime de internato, atraindo, alunos das cidades de Maringá, Arapongas, Apucarana e Marialva. Pe. Aloysio desempenhou um papel fundamental na criação e manutenção dessa que se tornou uma das primeiras instituições educacionais em Campo Mourão. Em reconhecimento a seus esforços, o colégio foi posteriormente renomeado como Instituto Santa Cruz, em homenagem à sua devoção à Cruz de Cristo (Colégio Vicentino Santa Cruz, s.d.).

Podemos sugerir que Pe. Aloysio teve êxito na formação desse estabelecimento de ensino confessional. Como deixou registrado no Livro Tombo de Campo Mourão, em 1951, o padre observou que os alunos demonstravam preferência pelo Colégio Santa Cruz em detrimento dos grupos escolares. Estes últimos, à época, representavam uma sistematização do ensino promovida pelo governo para atender aos filhos dos colonizadores. Os grupos escolares funcionavam em locais improvisados, como casas alugadas, e seguiam um modelo inspirado no sistema educacional europeu, caracterizado por sua natureza elitista: divisão em séries, exigência de exames para aprovação, currículo progressivo, controle parcial do professor sobre o processo de ensino-aprendizagem, um professor por série e um diretor de grupo. Com o tempo, surgiram iniciativas educacionais privadas, com orientação religiosa (SOUZA-CHALOBA, 2019).

A formação desses colégios vinha atrelada a um período em que a Igreja Católica se dedicou à educação e à formação de leigos (DEBALD, 2007). Além disso, essas iniciativas estavam alinhadas aos princípios da CVD, que enfatizava, como já dissemos, a importância da educação, pelo que incentivava seus padres a fundarem instituições de ensino, ao mesmo tempo, em que buscavam expandir o catolicismo.

Nessa conjuntura, ao ser transferido para assumir como vigário de Peabiru – uma localidade em pleno crescimento –, Pe. Aloysio percebeu a necessidade de uma escola com base nos princípios católicos. Embora já existisse uma escola no recém-formado município, conforme Rocha e Silva (2022) observam, o crescimento de Peabiru e a chegada de novos moradores provenientes de diversas regiões do Brasil e do mundo demandavam a expansão da oferta educacional. Assim, em 1952, foi fundada a

primeira instituição de ensino, chamada inicialmente Escola Pública de Peabiru, posteriormente rebatizada como “Casa Escolar de Peabiru”.

Logo nos primeiros anos da fundação de Peabiru foi implementado o Ensino Religioso, conforme evidenciado nos arquivos da paróquia local. Um decreto do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, de 1954, regulamentou essa prática, estabelecendo que a disciplina seria parte integrante dos currículos dos cursos primários, secundários, normais e profissionais, mantido pelo Estado e consoante as normas pedagógicas vigentes. As autoridades confessionais interessadas em incluir sua fé no currículo escolar deveriam registrar-se junto à Secretaria de Educação e Cultura, designar professores responsáveis e desenvolver programas e materiais didáticos. Na matrícula, os responsáveis pelos menores de 18 anos eram solicitados a especificar a disciplina de religião (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1954).

Padre Aloysio utilizava esses decretos como instrumento de ação, conforme asseveram os registros no Livro Tombo de Peabiru. Em 1957, ele implantou o Ensino Religioso nas escolas do município de Peabiru. E à medida que o município crescia, Pe. Aloysio incluiu em seus projetos a construção de um colégio em Peabiru. Primeiramente, formou uma comissão para iniciar a construção do Colégio Sagrado Coração de Jesus. O marco inicial ocorreu em 20 de janeiro de 1960, com a colocação da pedra fundamental, na presença da Comissão da Igreja, autoridades civis e muitos outros presentes (LTPSJB/Peabiru, 1953).

Pe. Aloysio, ciente das necessidades educacionais do novo município, em 1960, inicia a construção do colégio, e logo começa a receber benemerências do governo. Os projetos de formação de instituições educacionais, era uma forma pela qual a Igreja buscava contribuir para a educação e formação da comunidade, e, ao mesmo tempo, criava parcerias com o Estado. Como podemos verificar no documento encontrado nos Arquivos da Paróquia de Peabiru, consta que ficaria o Poder Executivo, autorizado a abrir um crédito de Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinados às obras do Colégio Sagrado Coração de Jesus. E ainda justifica:

A construção do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Peabiru foi iniciada há algum tempo, tendo atingido já o primeiro andar. A constante alta do material necessário tem retardado, sobremaneira, a conclusão do prédio. Luta, ainda, a Direção do Colégio com dificuldades financeiras de toda ordem. Reconhecendo os grandes e inestimáveis serviços prestados pelo Colégio S. C. de Jesus, os quais terão maior amplitude depois do concluído o edifício, elaboramos o presente plano da lei que, uma vez aprovado pela Casa, dará meios financeiros suficientes para o término dentro do menor prazo possível (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1960).

A abertura de um novo colégio em Peabiru não apenas evidencia o compromisso do padre para com a educação confessional católica, mas também ressalta as importantes contribuições das instituições religiosas no campo educacional em localidades em desenvolvimento. Conforme destaca Durkheim (1996), a religião vai além de meras ideias influenciadoras e conjunto de doutrinas, mas também oferece uma perspectiva social e prática, que, por vezes, pode moldar a vida de uma sociedade.

A construção do colégio enfrentou desafios, como a constante alta dos custos dos materiais, levando o padre a enfrentar dificuldades financeiras. Para superar esses obstáculos, o governo local autorizou um crédito significativo para conclusão do edifício, reconhecendo os valiosos serviços prestados pela escola. Essa colaboração entre a instituição religiosa e o governo reflete as observações de Beozzo (1982) sobre a relação complexa entre esfera política e religiosa, evidenciando uma ligação íntima entre Igreja e Estado no apoio às construções das diversas congregações religiosas.

Apesar desse vínculo próximo que Pe. Aloysio manteve com os agentes públicos de Peabiru, tinha abordagens estratégicas para conseguir recursos para seu projeto educacional, tanto que no ano seguinte, depois do início da construção do colégio, em 1961, buscou apoio financeiro na Alemanha, como podemos analisar em documento encontrados na paróquia de Peabiru, intitulado “ANTRAG AUF GEWÄHRUNG EINER BEIHILFE”, que pode ser traduzido como “Pedido de ajuda” (tradução nossa). Nesse requerimento, o padre solicita auxílio para construção do colégio, em que descreve que o município de Peabiru está localizado na região Norte do Paraná, e que após a última guerra, esta área foi declarada “área de assentamento”, da qual as pessoas moram em pequenas propriedades e a maioria das famílias, informa ele, vive da agricultura, mas não era qualificada para o trabalho. Assim sendo, deixou claro que para sanar tais dificuldades pretendia fundar um colégio:

Quase todos os novos colonos têm muito pouca escolaridade. Portanto, os cursos noturnos em nosso centro social são uma necessidade urgente para superar o desconhecimento em todas as áreas. A formação em economia doméstica para mulheres jovens e raparigas é uma necessidade urgente aqui, onde as famílias dependem majoritariamente de si próprias. Isto deve ser transmitido pelas nossas irmãs nos cursos de costura, nas aulas de culinária e no ensino do comércio de presunto. Cuidados e instruções de higiene podem ser fornecidos pelas irmãs nestes cursos de formação, a fim de reduzir a mortalidade infantil, reduzir e aumentar os cuidados gerais de saúde. A influência e a educação que oferecemos evitam a radicalização de elementos que procuram intervir em todos os lugares (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, s.d. tradução nossa).

Um dos empreendimentos do colégio tinha a ver com a oferta de formação profissional como uma forma de contribuir para a geração de empregos, alinhando-se aos princípios da Ação Popular:

um movimento surgido na década de 1960, que defendia uma sociedade humanista e promovia políticas sociais voltadas para a criação de oportunidades de trabalho (DEBALD, 2007). Durante o período em que Pe. Aloysio permaneceu na Alemanha Pe. Daniel D'Ambrosio da C.V.D., foi designado a administrar a Paróquia de Peabiru, e dar andamento às obras do Colégio, como podemos perceber em um pedido feito ao secretário de Educação do Paraná, pedindo carteiras para a instituição de ensino, com o intuito começar as aulas já no próximo ano (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961). Essa interação entre a Igreja e o Estado reflete uma dinâmica em que as instituições religiosas buscam apoio do governo para promover a educação, evidenciando suas relações de poder. Essa busca por benefícios por parte da Igreja junto ao Estado está, grosso modo, em linha com as observações de Azzi (1981), que destacam a importância duma cooperação harmoniosa entre instituições religiosas e civis para alcançar objetivos compartilhados, apesar da separação oficial e alegada entre o poder eclesial e o temporal.

Os padres da CVD ansiavam pela abertura do novo colégio. Conforme registros nos arquivos da Paróquia de Peabiru, em julho de 1962, a Irmã Salomé, freira da Congregação São Vicente de Paulo, enviou um telegrama a Pe. Aloysio informando que não seria possível atender ao pedido de abrir o educandário devido a uma epidemia de pneumonia e gripe. Sugeria-se, portanto, que a inauguração do educandário fosse adiada para janeiro de 1963. Em resposta, Pe. Daniel d'Ambrósio, designado pró-vigário da paróquia de Peabiru durante a ausência de Pe. Aloysio em sua busca por recursos na Alemanha, enviou uma mensagem às Irmãs:

Recebí a carta de V. Reverência como também notícia do telegrama mediante a Irmã Sup. do colégio de Campo Mourão. Apreço-me, portanto, a dar informes pedidos e na carta e no telegrama de V. reverência. Os informes estatísticos são tirados da voz do Paraná. A Paróquia de Peabiru tem um total de 19.180 habitantes A cidade de Peabiru só tem 5.368 habitantes. A finalidade da nova fundação é proporcionar às crianças de famílias católicas uma formação católica adequada. Há um grupo escolar na cidade e vários isolados. Não há outro estabelecimento religioso semelhante. Não posso dar informe certo sobre o número certo ou aproximado dos católicos da Diocese de Campo Mourão. Aqui na cidade muitas outras religiões que homens possam inventar e que Deus não deixe de condenar. Estes são os informes que eu posso dar a V. Reverência atendendo a carta do dia 31 de julho p.p.. O Colégio 'Sagrado coração de Jesus' está mm fase de acabamento e o dinheiro para isso disponível, também. Querendo inaugurar o colégio ainda para o ano letivo de 1962 como é ardente desejo do reverendíssimo padre Vigário efetivo faqui, atualmente em merecido gozo de férias na Alemanha, peço mandar umas irmãs ver, apreciar, deliberar para propor um auxílio bastante elevado ao conselho provincial da casa central. De V. Reverência em Xto, Pe. Daniel D'ambrósio (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

E no dia 13 de novembro 1962, após uma prolongada espera, as irmãs, nomeadamente a Irmã Lídia, a Irmã Inês e a Irmã Irene, chegaram a Peabiru para dar continuidade ao projeto até ser inaugurado. O colégio, chamado Sagrado Coração de Jesus, era uma instituição particular com regime de internato, e foi inaugurado na presença do bispo Dom Eliseu Mendes, no dia 13 de fevereiro de 1963. Pe. Aloysio encerraria mais um de seus projetos, significativo na área educacional.

Após a inauguração do Colégio, no dia 20 de fevereiro, o verbita foi transferido para Engenheiro Beltrão, onde não construiu instituições de ensino, mas no Livro Tombo da paróquia daquela cidade (1962), deixa clara sua vontade em implantar o Ensino Religioso nas escolas. Em meados de 1963, registra-se que o Prefeito nomeou uma catequista para lecionar Ensino Religioso nas escolas, e que ele próprio tinha se colocado à disposição para dar aulas de religião duas vezes na semana nos cursos normais.

Ao longo de sua atuação na implantação da fé católica nos municípios de Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, Pe. Aloysio via nas instituições educacionais uma ferramenta irrenunciável para promover seus projetos de expansão do catolicismo. Nesse contexto, cabe registrar que tal iniciativa coincide com a disputa crescente, em nível nacional, entre o ensino confessional e o ensino laico: ambos travando disputas por influência e poder no cenário brasileiro. Apesar disso, de acordo com Azzi (1981), a Igreja, naquele período, enfatizava a importância da colaboração entre o poder político e eclesiástico, promovendo uma aliança estratégica que visava à consolidação de sua autoridade sobre a educação. Nessa perspectiva, a Igreja, como uma entidade moral, desempenhava um papel significativo na manutenção da ordem social, defendendo a interesses mútuos entre os poderes político e religioso para alcançar objetivos comuns: inclusive, a expansão e a consolidação do catolicismo. É importante destacar que, antes de alcançarem uma relação de cooperação, o ensino confessional e o ensino laico já enfrentam alguns conflitos. Um evento marcante tem a ver, paradoxalmente, com a criação do Manifesto Pioneiro da Educação Nova, em que se evidencia um acirramento do conflito entre professores liberais e católicos, que acabou por fortalecer a posição e influência da Igreja no cenário educacional brasileiro (COSTA, 2006). Diante da intensificação da disputa, os líderes católicos perceberam a necessidade premente de reafirmar seu papel na educação, buscando adaptar-se às novas demandas e correntes educacionais. Assim, apesar das tensões entre os defensores da educação laica e os representantes católicos, esse momento desafiador proporcionou à Igreja a oportunidade de reavaliar suas estratégias e reafirmar sua presença no sistema educacional do país.

Ação social na atuação de Pe. Aloysio

A Igreja Católica no Brasil atuou e atua não apenas como instituição religiosa, mas também exerce práticas com um viés assistencialista. Tanto, que no final do século XIX, a Igreja contou com a participação de muitos pensadores cristãos que passaram a defender o direito de criar sindicatos, estabelecer negociações justas e promover a intervenção do Estado em apoio aos trabalhadores. A encíclica *Rerum Novarum*, assinada pelo Papa Leão XIII, em 1891, consolidou esse movimento e exerceu influência significativa sobre os católicos no Brasil (Menezes, 1986). Fatos históricos fortaleceram ainda mais os laços entre a Igreja e o Estado, levando em consideração que, em determinados momentos, a Igreja desempenhou funções que eram próprias do Estado. Com a Proclamação da República e a laicização do Estado, a Igreja demonstrava que tinha recursos educacionais e sociais, que o poder estatal não comportava, e aos poucos ocorre a reaproximação dos dois poderes, com o Governo financiando obras religiosas.

Em busca de se estabelecer uma conexão entre indivíduos, instituições religiosas e a sociedade como um todo, a análise da influência da Igreja pode revelar suas intervenções sociais que moldam a cultura, a organização social e o bem-estar coletivo. Conforme Morin (2002) aponta, os indivíduos estão imersos numa dinâmica social na qual a sociedade desempenha um papel fundamental na sua organização e funcionamento, ao mesmo tempo, em que existe para promover o bem-estar individual.

O estreitamento dos laços entre a Igreja e o Estado tem suas raízes históricas, sobretudo, no período que compreende o do Brasil colonial (1500 a 1822) e imperial (1822-1889). Naquele tempo, a ausência de diversidade religiosa no país estabelecia o catolicismo como a única religião aceita legalmente, configurando o Estado como confessional, conforme apontado por Oro (2011). Com a proclamação da República em 1889, no ano seguinte, houve a separação entre Igreja e Estado criando independência entre instituições religiosas e o governo. Assim, o Brasil deixou de ser um Estado confessional e passou a ser um Estado laico, ou seja, sem uma religião oficial.

Além disso, na década de 1920, a Igreja deu início a uma fase conhecida como Restauração Católica. De acordo com Azzi (1977), tal restauração foi um movimento coordenado pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, com o intuito de estabelecer ordens políticas e sociais fundamentadas na fé cristã. Essa iniciativa católica estava alinhada aos apelos do Papa Pio XI, que buscava direcionar tanto a fé católica quanto os líderes políticos para questões culturais e educacionais, conforme destaca Valle (1995). Após a Revolução de 1930, sob liderança do Cardeal Sebastião Leme, a Igreja Católica no Brasil conseguiu restabelecer uma aproximação com o Estado, liderado por Vargas,

que reconheceu o prestígio da Igreja. Essa aproximação de D. Leme com o Vargas favoreceu a presença e a atuação da Igreja em ações políticas e sociais que, por sua vez, requeria junto ao Estado privilégios que tinham antes da Proclamação da República (AZZI, 1978).

A partir da década de 1930, começam a surgir vários movimentos dentro da Igreja para reforçar o catolicismo no Brasil: momento que as instituições religiosas e o Governo voltam a estreitar laços (DEBALD, 2007). Apesar de possuírem papéis distintos, se complementavam numa relação de poder, onde a Igreja buscava recuperar seu espaço na sociedade e defender seus valores e interesses, já o Estado, vê-se compelido a ampliar sua autoridade e evitar conflitos sociais.

Desse modo, com o fim do padroado, o Brasil passou a ter liberdade religiosa, o que deveria garantir a Igreja e ao Estado, autonomia em suas decisões. Entretanto, nunca deixaram de ter um vínculo, tanto que, no decorrer do século XX, houve uma flexibilização na laicização, de sorte que, na constituição promulgada em 1934, foi aceita a cooperação entre Igreja e Estado Brasileiro, efetivando uma tradicional relação marcada por uma simbiose entre tradição religiosa e ordenamento jurídico, resultando na criação de feriados católicos, no reconhecido civil do casamento religioso, na autorização da criação de cemitérios religiosos e na inclusão de disciplinas confessionais nas escolas. Como se não bastasse, foi facultada aos eclesiásticos a decisão se queriam ou não prestar serviço militar. Desse modo, a Igreja Católica voltou a receber, oficialmente, benesses do governo, deixando entendível os privilégios católicos em detrimento de outras religiões (CAMURÇA, SILVEIRA, ANDRADE JÚNIOR, 2020).

Porém, não podemos deixar de dar atenção ao cronótopo pelo qual esta pesquisa perpassa. O país, nas décadas de 1930 a 1945, vivenciava a Era Vargas. Quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder, buscou o auxílio da Igreja e reestabeleceu com ela os laços estatais. O getulismo achava plausível o uso da religião para se aproximar do povo, por meio dos seus serviços sociais, e, em contrapartida, o catolicismo se beneficiava das regalias que o Estado lhe oferecia. A Era Vargas, inaugurada em 1930, no Brasil, passava por um desenvolvimento econômico e industrial, que culminou na elevação da população urbana, acarretando problemas de educação, habitação, saneamento básico, etc. Conforme a industrialização progredia, houve um aumento na concentração de renda, ampliando as disparidades socioeconômicas, o que intensificou as tensões nas relações laborais e agravando os problemas sociais.

No decorrer do seu governo, Vargas, temendo um aumento de movimentos operários contra seu governo, adotou uma política colaborativa ao trabalhador. Vargas buscou aliança com Igreja Católica que, imbuída de um sentimento social expresso nas encíclicas papais – especialmente, a *Rerum*

Novarum (1891), de Leão XIII, pioneira ao abordar questões trabalhistas, e a *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, que enfatizou a necessidade de uma ordem social mais justa –, se via impelida a colaborar com a intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, enfatizando a obrigação de implementar políticas sociais. Diante dessa aliança, a Igreja expandiu suas instituições caritativas e educacionais, com destaque às universidades católicas (BULLA, 2003).

Ademais, o governo getulista via nas atividades pastorais mais uma oportunidade de aproximação ao povo, devido seus diversos segmentos sociais, fato que motivou o estreitamento dos laços entre Igreja e Estado. Nessa circunstância, surgiu oficialmente um dos primeiros movimentos de ação pastoral do país, a Ação Católica, que da década de 1930 a metade da década de 1960, foi a principal forma organizativa da Igreja nos ambientes urbanos e rurais, que atendia pessoas de qualquer faixa etária (DEBALD, 2007). Mas, não era só no Brasil que surgia a Ação Católica, esse movimento, também despontava na América Latina, que parecia estar em sintonia com pedidos do Papa Pio XII, e expandia iniciativas de natureza assistencial, espiritual e reformista (MEZZOMO, 2002).

É nesse ensejo que foi reforçada a Ação Católica – criada em 1922 –, favorecendo o fortalecimento do catolicismo e representando uma nova abordagem de vivência da Igreja Católica com o Estado (DEBALD, 2007). Embora a separação entre Igreja e Estado tenha sido estabelecida em 1891, houve uma tentativa frustrada na criação de um partido católico. Porém, foi somente com a criação da Ação Católica, que a Igreja conseguiu se consolidar durante o getulismo, no ano de 1932, ao criar a Liga Eleitoral Católica (LEC), que tinha o propósito abranger o maior número possível de eleitores, enquanto tentava reunir todos os registrados em uma organização centralizada que permanecesse comprometida com seus objetivos (PRIMOLAN, 2007).

Além da LEC, surgiram algumas subdivisões da Ação Católica, como os de grupos da Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), da qual se formaria a Ação Popular, e estabeleceu contato dos trabalhadores e estudantes junto ao episcopado. Essas mudanças expressavam uma maior preocupação com questões de justiça social (Gomes, 2014), de modo que a Ação Popular buscava melhorias sociais e econômicas, visando à humanização das relações trabalhistas, principalmente, as do meio urbano (DEBALD, 2007).

Outro fato importante é que, segundo Yazbek (2005), o Serviço Social no Brasil teve seu embasamento na Ação Católica, representando um avanço em relação às práticas filantrópicas direcionadas às mudanças políticas e sociais sob a perspectiva dos princípios católicos. Desse modo, à medida em que o governo Vargas criava estratégias assistencialistas para se aproximar da classe operária

e conquistar apoio popular, a Igreja acabava por se engajar em suas ações, criando uma dinâmica notável entre Igreja e Estado.

Dentre essas estratégias varguistas, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada pela Primeira Dama Darcy Vargas, com intuito de atender às famílias que tinham expedicionários na Segunda Guerra Mundial. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o órgão redirecionou seu foco para a assistência à maternidade e à infância, o que deu início a uma política de parcerias com instituições sociais distintas para a filantropia e a benemerência (Yazbek, 2005). A LBA teve um forte engajamento feminino voluntário, abrangendo mulheres de diversas faixas etárias, níveis educacionais e classes sociais, unidas pela solidariedade, evidenciando a importância das mulheres, muitas das quais descritas como “vestidas como donas de casa” que, através dessa ação, tiveram a oportunidade de ingressar no meio público (BARBOSA, 2020).

Sendo a LBA um movimento liderado pelas primeiras-damas do governo federal, estadual e municipal, teve no Paraná, a partir de 1947, a gestão de Hermínia Rolim Lupion, esposa de Moysés Lupion, primeiro governador eleito após o fim do Estado Novo. Engajada em ações políticas sociais de benemerência alinhadas à Igreja Católica, Hermínia desempenhou um papel ativo na instituição, com impactos também na região de Campo Mourão. Tanto que Pe. Aloysio deixou registrado no LTPNSG/Engenheiro Beltrão (1962) um episódio em que o órgão viabilizou a formação de um jovem no curso de mecânico de tratores.

A propósito, a LBA, com o apoio de Pe. Aloysio, exerceu um papel significativo na comunidade paroquial de Peabiru, de modo mais evidente, na década de 1970, quando foram oferecidos vários cursos profissionalizantes, como curso prático de eletricidade, auxiliar de administração rural, tratorista, carpintaria, marcenaria, latoeiro, pedreiro, pintor, bombeiro hidráulico, mecânica de automóvel e trator de pneu, torneiro mecânico e radiotécnica. Além da formação propriamente técnica, em cada curso, se incluíam conteúdos complementares, que abordavam temas como direitos trabalhistas e educação moral e cívica.

Nessas décadas que precediam à Restauração Católica, com tantas regalias que o Estado cedeu à Igreja Católica, os clérigos desse período, incluindo os padres da CVD, que contribuíram com trabalhos pertinentes em várias paróquias do Paraná, não hesitavam em exigir benefícios estatais para os próprios redutos eclesiásticos, de maneira que, por meio dessas políticas sociais desenvolvidas pela Igreja no governo de “Getúlio Vargas, tanto antes quanto depois do Estado Novo (1937), as obras católicas passaram a receber expressivas verbas e subvenções dos cofres do Estado” (VALLE, 1995, p. 60).

Por outro lado, Pe. Aloysio não se limitou a pleitear benefícios exclusivamente à própria Igreja. Sua atuação ia além, buscando, ativamente, a criação de espaços de desenvolvimento social, interessando-se na fundação de instituições de ensino, hospitais e obras sociais vinculadas ao Estado, e, até mesmo, interferia em melhorias para os municípios onde atuou, como a aquisição de energia elétrica, água encanada e asfalto. Como podemos constatar no LTPSJ/Campo Mourão (1943), o eclesiástico cobrava do prefeito a doação de um terreno próximo à Igreja, no qual poderia construir um hospital e um colégio. Nos arquivos paroquiais de Peabiru, aliás, preserva-se uma declaração do prefeito Silvio Barros referente à reivindicação que Pe. Aloysio lhe fizera, reivindicando a instalação de rede de distribuição de água e luz para o município (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961).

Ao analisar o teor do requerimento do padre verbita junto ao prefeito de Peabiru, podemos sugerir que Jacobi trabalhava em consonância com o governo municipal, buscando o bem-estar social dos municípios, e deixava claro que, naquele momento, a principal necessidade era justamente essa. Esse fato corrobora as postulações de Azzi (1981), ou seja, de que a Igreja persistia em destacar a importância da colaboração mútua entre as autoridades civis e eclesiásticas.

Mas os clérigos não esperavam benefícios apenas do governo: também pediam favores aos leigos, como podemos observar em carta de Dom Inácio Krause, bispo da Prelazia de Foz do Iguaçu, no ano de 1959, a qual deixava enfatizado:

Ha no mundo 900 milhões de crianças. 500 milhões vivem e morrem na miséria espiritual e material. É para estas crianças que a Igreja, em nome de Nosso Senhor, vos pede hoje vossas orações, para que nenhuma destas crianças não morra sem batismo; vos pede hoje um auxílio material, para dar comida, roupa e remédios e assim salvar a vida do corpo. Todo aquele que receber em meu nome um menino como este, a mim recebe - disse Nosso Senhor. E quem de vós não gostaria receber Nosso Senhor?! (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1959).

Através do documento, podemos inferir que a Igreja Católica desempenhava significativo papel na esfera social, ao se envolver, ativamente, na busca por soluções aos problemas relacionados ao combate à miséria. A Igreja, naquele contexto, tentava fazer as vezes do Estado, ocupando-se em levar auxílio para os que viviam sob vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, buscando expandir o catolicismo, ao envolver e enfatizar a ação dos leigos.

Uma maior preocupação com o meio social veio com o Concílio Vaticano II (1962-1965), que chegou como um novo advento, trazendo para a Igreja aquilo que chamou de “nova evangelização”, que se traduziria em inovações e melhorias organizacionais (LUNEAU E MICHEL, 1995) e uma

forma atualizada de agir em relação às ações sociais. É oportuno frisar que esse Concílio foi uma assembleia episcopal convocada por João XXIII e concluída por Paulo VI, com o objetivo de orientar a “Igreja Católica para uma maior solidariedade com os povos oprimidos e com as classes marginalizadas pela estrutura econômica e social” (AZZI, 1978). Nesse período, a Igreja enfrentava desafios econômicos, políticos e sociais, em decorrência da Revolução Francesa e Revolução Industrial, Unificação Italiana e a supressão dos Estados Pontifícios. Devido a tal fato, no encalço do *ultramontanismo* da Igreja, centrado na autoridade do Papa e na reafirmação de valores tradicionais, busca-se ajustar às mudanças sociais. É importante, no entanto, que se compreenda esse concílio não apenas a partir de uma perspectiva de classe, mas também em suas dimensões espiritual e política, refletidas nos 16 documentos conciliares. Tais documentos, que abrangem uma ampla gama de temas – que perpassam mudanças na liturgia às relações interreligiosas –, indicam uma busca institucional por um equilíbrio entre a preservação da tradição e a necessidade de responder aos novos tempos, ao mesmo tempo em que reafirmam a missão espiritual da Igreja em promover a justiça e a paz social. Desde antes, porém, já no final do século XIX, a Igreja acumulava experiências, baseadas nos princípios da encíclica do Papa Leão XIII *Rerum Novarum*, que instruía os trabalhadores nos princípios da fé cristã e na promoção da ordem. Dentro dessas restaurações que a hierarquia católica brasileira buscava implementar, a Frente Agrária Paranaense (FAP) pode ser entendida como uma das expressões da Ação Católica (PRIORI, 2012).

O lançamento oficial da FAP ocorreu em Maringá, com uma missa campal celebrada em frente à Catedral, no dia 13 de agosto de 1961. Essa fundação foi organizada pelos bispos de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão e abraçada com entusiasmo por Pe. Aloysio, com o alegado propósito de melhorar as condições de vida na lavoura, buscando uma abordagem mais humanizada para os trabalhadores rurais. Os bispos responsáveis por essas iniciativas eram respectivamente Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes.

No mês de janeiro de 1962, antes que o Concílio tivesse terminado, já havia indícios dos movimentos da Frente Agrária em Peabiru. No Livro Tombo de Peabiru, o padre enfatiza que o ano iniciou com um aviso importante a respeito da FAP. E, mais tarde, como podemos observar em suas anotações, foi organizada uma conferência sobre a Encíclica *Mater et Magistra* – assinada pelo Papa João XXIII, que aborda temas sobre o bem-estar social –, à disposição dos padres do Verbo Divino. O Pe. Walter Boutem, também da CVD, ia a várias paróquias para fazer palestras e conferências sobre a Doutrina Social da Igreja – um conjunto de princípios e orientações baseados no Evangelho e na

tradição católica, que buscavam promover a justiça social, a dignidade humana e o bem comum na sociedade – que foi, por sua vez, uma resposta aos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial. A Igreja, por meio dessa abordagem, buscava intervir nas mudanças políticas e sociais, orientando-as de acordo com os princípios da doutrina católica (YAZBEK, 2005). As primeiras paróquias a serem visitadas foram: Peabiru, Araruna, Terra Boa, Jussara, Cianorte, Cruzeiro d'Oeste, Umuarama e Iporã.

Dessa maneira, Pe. Aloysio e grande parte do clero, conscientes das novidades que ainda se discutiam na Sé Romana, antecipavam, na prática, as diretrizes que o Concílio Vaticano II viria a estabelecer, especialmente, no que se refere à atuação social da Igreja, movimentação que ocorria em outras dioceses do Brasil. Eles se empenhavam, ativamente, em áreas sociais, como evidenciado nesta carta de 1962, na qual Pe. Aloysio presta contas junto à Secretaria de Trabalho e Assistência Social Departamento de Serviço Social, sobre a origem dos benefícios que foram usados na FAP.

A Secretaria de Trabalho e Assistência Social Departamento De Serviço Social!
Resposta da a Carta Nr. 31/62

O requerimento, que foi feito pedindo o pagamento da subvenção na importância de 100.000,00 (cem mil cruzeiros) é a verba que foi lançada das obras Sociaes da Egreja Matriz, da PARÓQUIA de Peabiru, que será aplicada no actual obra social da Egreja Matriz, na formação do Colegio do Sagrado Coração Jesus, que está esperando sua abertura em breve em favor do homem do campo. A duplicata da aquisição de 25 camas é mais do que subvenção. A Frente Agrária Paranaense fundada nesta PARÓQUIA no dia primeiro de Julho deste ano está esperando este benefício (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1962).

Essa iniciativa reflete a crescente preocupação de agentes da Igreja em atuar de forma concreta nas questões sociais locais, o que culminaria, em 17 de fevereiro de 1963, na convocação de uma reunião pela FAP, sob a liderança de D. Eliseu Mendes. Na ocasião, com a presença de diversas lideranças, entre as quais, do deputado estadual Edgard Távora, foram traçadas as diretrizes para a criação de sindicatos, como o Sindicato do Trabalhador Simples da Lavoura, o Sindicato do Trabalhador Rural e o Sindicato dos Produtores. A FAP, ao organizar esses sindicatos, buscava reduzir a influência comunista entre os trabalhadores rurais, reforçando a orientação social que permeava suas ações (PRIORI, 2012, p. 191). Assim, a atuação da Igreja, por meio de Pe. Aloysio e de outras lideranças, visava não apenas ao atendimento das necessidades imediatas da comunidade, mas também à organização social e política de seus membros, alinhando-se aos novos ares do catolicismo daquele período.

A FAP, vale mencionar, tinha o objetivo de direcionar o movimento dos trabalhadores rurais, visando a “cristalizar a verdade agrária” e impedir a dominação do movimento comunista, num contexto marcado pela Guerra Fria, no qual a hierarquia da Igreja e setores conservadores da sociedade brasileira buscavam conter a influência da União Soviética e de suas ideologias nos países latino-americanos. Por isso, as lideranças da FAP adotaram a estratégias para neutralizar essa suposta influência, apostando na organização institucional. Em vista disso, estabeleceu uma infraestrutura diversificada, com destaque à criação de associações de trabalhadores, visando à formação dos sindicatos (PRIORI, 2012).

Durante a década de 1950 a 1960, os conflitos adquiriram um caráter de nível nacional. Tais conflitos foram resultados de diversos processos que envolveram as lutas sociais agrárias, as quais culminaram na formação da Liga Camponesa. Esse movimento foi sendo formado a partir de uma busca ocupação de terras em Porecatu, no Norte paranaense, dando início a um conflito pela posse de terra. Dessa disputa, surgiu o Partido Comunista Brasileiro no campo e para a formação das “ligas camponesas”, que representavam as primeiras formas de organização coletiva dos camponeses. Apesar da intensa resistência por parte dos proprietários, os comunistas conseguiram obter sucesso ao conquistar um importante apoio entre os camponeses.

Entre os colonos das fazendas de café, houve uma imposição de desmembramento de organismos variados e a formação dos primeiros sindicatos agrícolas. Essa iniciativa foi liderada principalmente, por militantes comunistas, resultando no aumento de sindicatos no meio rural e na emergência da primeira geração de dirigentes sindicais agrícolas. A Igreja Católica, em busca de defender seus interesses, com o apoio das oligarquias, decidiu participar na busca pela sindicalização das populações rurais, formando a FAP (SILVA, 2006).

No Paraná, a década de 1960 foi marcada pela chegada dos imigrantes, que ocupavam toda a extensão territorial do Paraná. Sem encontrar mais espaço para a expansão, essas frentes desapareceram, deixando para trás uma série de problemas decorrentes de distorções ocorridas nas diversas fases dos processos de distribuição e apropriação da terra. Tais distorções, ao longo da fase mais recente da história do Paraná, criaram as crises agrárias, das quais surge a necessidade de reforma agrária na região avançada (SERRA, 1992). Nesse ensejo, com a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Peabiru, Pe. Aloysio fez um requerimento solicitando verbas para atender às necessidades dos trabalhadores rurais, visando orientá-los sobre a situação agrária.

Importa mencionar que, em 1963, Pe. Aloysio foi transferido de Peabiru para o município vizinho de Engenheiro Beltrão, onde sua atuação com a Cáritas – que é uma organização católica que promove ajuda às comunidades necessitadas – se destacou no âmbito do serviço social. A presença e a atuação desse organismo naquela localidade evidencia o comprometimento da Igreja em atender às necessidades sociais, especialmente, em contextos de carência e vulnerabilidade que, naquele momento, centrava-se no campo. Com a instituição da Cáritas na Diocese de Campo Mourão, Pe. Aloysio, oportunamente, fez uso do movimento para fomentar ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a fim de receber a aprovação do governo, chegando até a enviar três membros do Movimento Mariano da Paróquia de Engenheiro Beltrão e um de Ivailândia para participarem do curso de formação para líderes do sindicato (LTPNSG/Engenheiro Beltrão, 1962).

Sendo assim, o engajamento do padre transcendeu as meras atividades de edificação, de modo que não só colocava “as mãos à obra” apenas em construções, mas também se envolvia nas ações sociais desenvolvidas por sua paróquia. Como deixou registrado no LTPNSG/Engenheiro Beltrão, em maio de 1963, a Cáritas da diocese, iniciou a distribuição de recursos alimentares. Em Engenheiro Beltrão, por exemplo, havia 250 famílias cadastradas para receber os benefícios caritativos, pelo que Pe. Aloysio se encarregava de distribuir, semanalmente, às sextas-feiras, esses donativos.

Além disso, o clérigo tinha uma relação ambígua com figuras públicas da época, ora se distanciando delas, ora mantendo certa distância. Para ilustrar, evocamos o fato ocorrido durante a formação de Campo Mourão, quando autoridades demarcaram o território do novo município. A escolha do local gerou insatisfação em algumas famílias, que não hesitaram em procurar o padre para que intercedesse na decisão. Sua intervenção ocasionou um descontentamento por parte de agentes políticos, o que, mais tarde, lhe causaria sérios problemas. Sendo alemão, ele passou a enfrentar desconfianças em meio à eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e chegou a ser acusado de espionagem nazista, tendo de prestar esclarecimentos em Curitiba (PERBECHE, s.d.)

Outro fato que ilustra essa ambiguidade de Pe. Aloysio: enquanto liderava a paróquia de Peabiru, demonstrava que tinha atribuições além das presbiterais, já que exercia, sem segredos, algumas funções político-administrativas na cidade. É que o padre alemão tinha, literalmente, carta branca para agir e falar em nome da prefeitura local, conforme achasse conveniente. Isso fica demonstrado no já referido ofício do prefeito ao padre:

Também estou anexando duas folhas em branco, por mim devidamente assinadas e carimbadas, para que V. Excia. possa usá-las, se necessário for, na confecção de qualquer outro documento, pedido, requerimento, valor aproximado dessas obras,

etc., enfim, para que V. Excia. possa agir nesse sentido, de acordo com o vosso critério (Arquivo da Paróquia São João Batista de Peabiru, 1961, p. 1).

Assim, a atuação social do Pe. Aloysio demonstra, na nossa leitura, a relevância da Igreja diocesana não apenas na dimensão da espiritualidade, mas também no apoio social. Como postula Durkheim (1996, p. 462), “pode-se dizer, em resumo, que quase todas as grandes instituições sociais nasceram da religião”. A Igreja desempenhou um papel na formação e sustentação das estruturas sociais na região de Campo Mourão, mesmo sendo em defesa de seus valores e interesses.

Considerações finais

Na região de Campo Mourão, Pe. Aloysio foi uma figura importante, além das edificações de templos religiosos, desempenhou um papel relevante na esfera social e educacional. No âmbito educacional, procurava devolver os projetos educacionais como o fundador da CVD, Pe. Arnaldo Janssen, lhes pedia. Além de construir templos, Pe. Aloysio buscava formar escolas. Dentro de um contexto em que a Igreja desempenhava um papel importante ao longo de sua história no campo educacional. Durante o período colonial, a Igreja teve um papel pioneiro na promoção da educação, principalmente, por meio de congregações religiosas como a dos jesuítas.

Além disso, Pe. Aloysio foi um dos principais idealizadores do Colégio Santa Cruz em Campo Mourão, e em Peabiru, o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Para formação dessas instituições religiosas, o padre contava tanto com a ajuda de seu país de origem, a Alemanha, de fiéis, e também com a ajuda do poder estatal, demonstrando mais uma vez as relações de poder entre Igreja e Estado. Nas escolas, foi incorporado o Ensino Religioso nos cursos primários, secundários, normais e profissionais, mostrando a interação entre esferas religiosas e educacionais, onde a Igreja tinha a pretensão da expansão do catolicismo.

Apesar de sua hermética relação em diferentes círculos sociais, Pe. Aloysio incluía em seus projetos ações sociais, refletindo a tradição de a Igreja Católica desempenhar um papel social e político relevante ao longo dos séculos. Uma ilustração disso pode ser observada no período da Era Vargas, quando o governo, estrategicamente, se aproximou da Igreja para obter aceitação entre a população, enfrentando resistência de diversos setores, incluindo movimentos sociais e operários. Nesse contexto, a Igreja Católica expandiu suas atividades para além do aspecto religioso, se engajando em programas assistencialistas e educacionais, em estreita colaboração com o Estado. Essa união resultou em benefícios mútuos e refletiu uma estratégia de relações de poder entre Igreja e Estado.

Fontes

- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, s.d.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1954.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1955.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1959.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1960.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1961.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Peabiru, 1962.
- CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium Edições, 2005.
- COLÉGIO VICENTINO SANTA CRUZ. **Histórico do Colégio Vicentino Santa Cruz**, Campo Mourão, s.d.
- LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ (LTPSJ), Campo Mourão, 1943.
- LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA (LTPSJB), Peabiru, 1953.
- LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (LTPNSG), Engenheiro Beltrão, 1962.
- MC GOVERN, Joseph Patrick. **Fertilidade de Canaã: a história da Congregação do Verbo Divino no Brasil**. Juiz de Fora: Esdeva, 1974.
- PERBECHE, Henrique. **Um pioneiro do sertão: esboço biográfico Pe. Aloísio Jacobi S.V.D.** (s.d.)
- VALLE, Edenio. Cem anos caminhando com o Verbo Divino no Brasil: desafios missionários hoje. **História da Congregação do Verbo Divino no Brasil**, p. 33-61, 1995.
- WISNEWSKI, Maria José. Cem anos caminhando com o Verbo Divino no Brasil: desafios missionários hoje. **História da Congregação do Verbo Divino no Brasil**, p. 9-32, 1995.

Referências Bibliográficas

- AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, v. 13, n. 29-31, p. 7, 1981.
- AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 5, n. 12, p. 47-78, 1978.
- AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977.
- BARBOSA, Michele Tupich. Darcy Vargas: a trajetória feminina na formulação da Legião Brasileira de Assistência - LBA. In: Cláudia Priori e Márcio José Pereira. (Org.). **Os estudos de gênero e seus percursos: intersecções possíveis com a história pública**. 1^a edição. São Paulo: Brazil Publishing, 2020, p. 129-156.

- BEOZZO, José Oscar. Igreja no Brasil: o planejamento pastoral em questão. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 42, n. 167, p. 465-505, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5^a edição. São Paulo: Presença, 2007.
- BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Textos & Contextos**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2003.
- CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena; ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **HORIZONTE: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 57, p. 975-975, 2020.
- COSTA, Viviane. O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. **Paidéia**, v. 16, p. 9-17, 2006.
- DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro (1889-1960). **Revista Pleiade**, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FERREIRA, Mendell Barreto. **O papel da Igreja frente à escravidão indígena e africana nos séculos XVII e XVIII**: um olhar sob a perspectiva dos padres Antônio Vieira e João Antônio Andreoni (Antonil). 2011. 37 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- LUNEAU, René; MICHEL, Patrick. **Nem todos os caminhos levam a Roma**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MENEZES, Carlos Alberto. **Ação Social Católica no Brasil**: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia**: práxis do catolicismo no oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade: identidade humana. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.
- ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas**, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.
- PRIMOLAN, Emilio Donizete. Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933. **I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades**, p. 1-15, 2007.
- PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.
- ROCHA, Arlêto; SILVA, Washington Luiz Henrique. **Peabiru - PR 70 anos**: do caminho a cidade. Curitiba: Hellograf Artes Gráficas, 2022.
- SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 61-94, 1992.
- SILVA, Aldemir Barbosa; CARMINATI, Celso João. Recatolizar a Nação: Intelectuais Católicos na Comissão Nacional do Livro Didático (1938-1969). **Educação e Filosofia**, v. 33, n. 68, p. 885-924, 2019.

SILVA, Osvaldo Heller. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Osvaldo Heller da Silva, 2006.

SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

VEIGA, Pedro. **Campo Mourão:** centro do progresso. Maringá: Bertoni, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 217-228, 2005.